

EDITORIAL

A Revista **Direito e Desenvolvimento** tem como objetivo produzir semestralmente material de estudo sobre distintas temáticas relevantes à sociedade que são conexas à área jurídica. De forma propositada se oferece diversidade de métodos, apresentando a relação dos vários ramos do direito ao desenvolvimento.

O presente fascículo, mais uma vez, resulta do esforço não somente multidisciplinar, mas, sobretudo, interdisciplinar apresentados por professores e pesquisadores do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ e de outras instituições nacionais e internacionais, consolidando-se como referência para as investigações que concentram as searas do direito e do desenvolvimento.

O método investigativo da interdisciplinaridade que é ofertada pela Revista estão acompanhando o processo de construção e desenvolvimento atual dentro da metodologia que se busca aplicar atualmente à produção do conhecimento. Tal técnica não retira a especificidade nem a cientificidade da presente produção, e sim, assegura-lhe uma identidade própria. Os textos que oferecem pesquisas interdisciplinares trazem hipóteses e resultados de diferentes ramos do direito e contextualizações, determinando uma avaliação racional, seja de valor e/ou de proveito à sociedade.

Quando se fala de “desenvolvimento” é importante vincular o meio ao indivíduo que pertence a esse meio. Portanto, é trabalhar a conjectura jurídica enquanto sua aplicação. As técnicas de especialização, em particular sobre determinados ramos do direito, ainda que sejam relevantes, hoje já não se tornam suficientes para que propiciem respostas favoráveis à sociedade. É verdade que um estudo epistemológico seja importante para determinar o tema para análise, já que definir um objeto de estudo não é tarefa fácil, sobretudo quando se trata de algo em transformação, e aqui, em especial, têm-se dois: direito e desenvolvimento. Entretanto, ambos requerem análise comparativa, seja relacionado aos diversos conhecimentos que se

aplicam em respectivas áreas, como também de elementos históricos e de realidades sociais.

Direito e Desenvolvimento não quer apenas produzir textos jurídicos, mas apresentar estudos que são úteis ao cotidiano. Com essa metodologia isso se torna possível. Como todos poderão verificar, no presente número encontram-se diversos assuntos que atualmente são debatidos pela coletividade, como, por exemplo, a tutela do meio ambiente, o direito de não se autoincriminar quanto aos testes de alcoolemia associados aos crimes de trânsito, as redes sociais, os programas de políticas sociais, como o “Bolsa Família”, entre outros temas relevantes.

Nesse ímpeto é que este periódico se fortalece a cada publicação e não são poupados esforços para que seja aprimorado. Convém observar que, neste número, alteramos a forma como apresentamos a sequência de nossas publicações, substituindo a expressão “ano - (a.)”, pela expressão “volume - (v.)”, medida esta que se adéqua à regra apresentada pela ABNT, contudo, não afeta a ordem sequencial de publicações do presente periódico.

Para finalizar, não é certo deixar de agradecer a toda equipe da Revista **Direito e Desenvolvimento**, desde seus membros do Conselho Editorial, os avaliadores, assim como à equipe técnica. Ademais desses, importa reiterar o apoio que se recebe do Centro Universitário de João Pessoa-UNIPÊ, na pessoa da Magnífica Reitora Ana Flávia Medeiros da Fonseca, assim com do Vice-Reitor Paulo Padilha e, em especial, do coordenador do Curso de Direito, o ilustre Professor Oswaldo Trigueiro do Vale, grandes incentivadores desta produção científica.

Ana Paula Basso
Editora